

conhecimento

Questão de urgência

Parece haver consenso. Não há quem discorde de que a educação é imprescindível para o desenvolvimento de um país. Uma educação de qualidade para todos é bandeira que nenhum partido ou político despreza. O que falta, então, para que países como o Brasil despontem no cenário internacional como exemplos de bom ensino e aprendizagem, assim como já se sobressaem em áreas como os esportes, a música, a agropecuária, a fabricação de aviões?

Tudo o que se discute em educação, na América Latina, passa antes por melhorar significativamente a qualidade do ensino mediante uma política de Estado específica para educação, ciência e tecnologia. Sem essa política, permanecerão os habituais programas com duração de um ou dois mandatos do Poder Executivo, seja ele federal, estadual ou municipal.

Assim, desperdiçam-se tempo e dinheiro em ações que, mal se concretizam, já saem de cena para que outras as substituam. Quem ouve os professores sabe disso. Não faltam aqueles que se queixam de adotar um método hoje e precisar substituí-lo amanhã em função da dança de cadeiras no Poder Executivo local.

Áreas cruciais como a educação, a ciência e a tecnologia - estratégicas e que, por isso mesmo, demandam visão de longo prazo - não podem nem devem ficar à mercê de interesses eleitorais imediatistas. Uma educação de qualidade para todos resulta da cooperação, da união de esforços de diversos segmentos, de forma a elevar o nível de aprendizagem do maior número possível de estudantes, sobretudo dos primeiros anos escolares.

A falta de uma política de Estado para a educação prejudica também os professores, pois não há como promover, por exemplo, uma formação rigorosa de docentes nas universidades. Aliás, como desenvolver também outras áreas sem avançar justamente naquela responsável pela formação de todas as outras?

Tudo isso já se disse. E a sensação que fica é a de que avançamos, porém mais lentamente do que o desejado. Um pacto apartidário pela educação, ciência e tecnologia, que dê origem a uma política de Estado para essas áreas com vista aos próximos 30, 40 anos, é imperativo. Por que não se faz? O que estamos esperando? ■



Jorge Werthein

Doutor em Educação pela Stanford University, ex-representante da Unesco no Brasil e vice-presidente da Sangari Brasil
www.sangari.com